

# Ulysses desiste do acordo

## Regimento da Constituinte terá que ser definido no voto

O presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, já está convencido de que não existe possibilidade de acordo em torno da mudança do Regimento Interno da Constituinte. Ulysses cancelou a reunião marcada para às 11h de ontem em seu gabinete e preferiu se reunir com alguns integrantes da turma do **poire** e grandes empresários do País no restaurante do Hotel Eron, que já está se transformando em o novo local de encontro da turma. Na saída do almoço, Ulysses admitiu que o acordo é praticamente impossível e avisou que a matéria será levada a voto no dia 4 de janeiro. Sobre quem ganha essa votação em plenário, ele não quis arriscar.

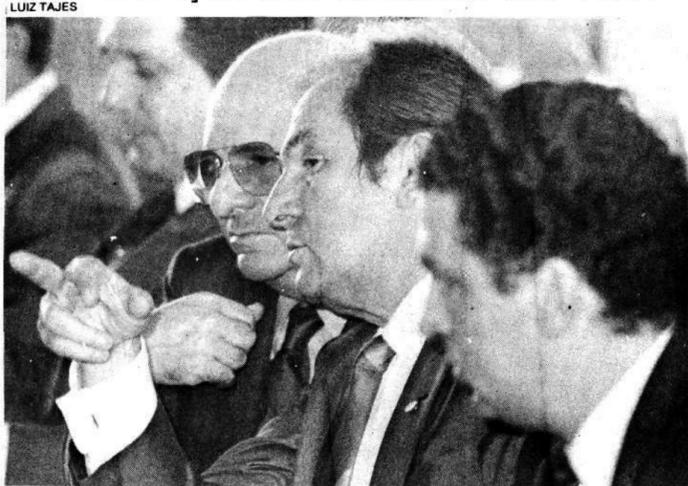
Na comprida mesa onde os políticos e empresários sentaram-se para degustar um menu composto de galinha ao molho pardo, torneio ao molho e filé de peixe, estavam o presidente da Constituinte, entre o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e o ministro da Previdência, Renato Archer. Nas cadeiras em frente, o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, entabulava uma conversa animada com o proprietário do Macksoud Plaza e da Revista Visão, Henry Macksoud. Entre os outros convidados para o almoço, o ministro da Ciência e Tecnologia, Luis Henrique, o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, o ex-ministro Eduardo Portella, o proprietário da Hering e da Staroup, João Claudino, além dos deputados Cunha Bueno, do suplente de senador José Colagrossi e o homem de confiança de Ulysses, deputado Heráclito Fortes, a quem coube receber a nota das despesas.

O almoço era uma confraternização entre empresários e políticos, mas como convém a qualquer encontro entre as duas classes, acabou se transfor-

mando em uma reunião política, onde não faltaram cochichos do presidente da Constituinte com o governador Moreira Franco e algumas articulações. O proprietário do Macksoud tentava convencer o relator da Constituinte a dar um bom encaminhamento para a sua ousada proposta, batizada por ele próprio de **Demarquia** e explicada como a criação no País de um "sistema de governo do povo subordinado à lei". O ministro da Ciência e Tecnologia confessava em alto e bom som que ainda acredita na possibilidade de entendimento para mudar o regimento da Constituinte. "A Nação não pode mais esperar", justificava ele, enquanto o relator da Constituinte mostrava-se mais cauteloso. Bernardo Cabral dizia que o acordo era provável, mas dependia ainda de uma virtude fundamental: o bom senso dos constituintes.

Dos empresários, não faltaram queixas à política econômica do governo e à própria Constituinte. Descendo o elevador com o ministro Luis Henrique, o proprietário da Hering resumia em uma frase seu inconformismo com os rumos tomados pelos trabalhos da nova Constituição: "Precisamos mudar não o regimento, mas o Brasil real. A Constituição é só o papel". O proprietário do Macksoud, que se auto classifica de um franco atirador foi mais direto. Ele revelou que não leu o novo pacote do ministro Bresser Pereira, mas já antecipou sua reação: "O que sair dos professores que nos governa não pode ser coisa boa".

O governador do Rio, Moreira Franco, foi mais discreto. Só revelou seus segredos políticos ao ouvido do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que esteve o tempo todo ao seu lado. Os dois saíram juntos do Eron, no mesmo elevador e no mesmo carro.



Bernardo Cabral conversa com Henry Macksoud

### Centrinho recebe mais 10 adesões

Os coordenadores do Centrinho, ou Grupo de Entendimento, estão muito otimistas com o número de adesões que estão recebendo nos últimos dias. Ontem o grupo recebeu a adesão de dez parlamentares do PFL que deixaram o Centrinho.

"Se a média de adesões continuar assim, logo poderemos rever o quadro", disse o deputado Alceguino Guerra (PFL-PR) que já conta com 130 parlamentares no seu "caderninho" onde estão listados os integrantes do Centrinho. Para Alceguino, o grupo passará a funcionar como catalisador das muitas insatisfações verificadas tanto no PMDB como no PFL.

Uma boa parte dos integrantes do Centrinho é oriunda do Centrinho e até mesmo deputados do PDT — Chico Humberto (MG) e Adroaldo Streck (RS) — aderiram ao grupo. Os temas a serem atacados pelo Centrinho também já foram selecionados. Na mira dos parlamentares está a estabilidade, a jornada de trabalho, a licença para gestante, a nacionalização da distribuição de combustíveis, a mineração e o conceito de empresa nacional.

### D. Luciano quer manter conquistas

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, diz que os ataques desferidos pelo líder do PDS, deputado Amaral Netto, são "fruto de um acaloramento". Sem citar nenhuma vez o nome do constituinte carioca, que o chamou de "canalha de batina e vigarista da CNBB", dom Luciano afirmou que o importante é se voltar às atenções para as "justas aspirações do povo".

O que está preocupando dom Luciano, como ele mesmo disse, é a manutenção e o aperfeiçoamento das "conquistas alcançadas na Comissão de Sistematização". Essas conquistas, principalmente nos capítulos da Ordem Econômica e Ordem Social, segundo dom Luciano, respondem às aspirações do povo. "Qualquer diligência que entrave a realização dessas expectativas, merece a nossa reflexão e até mesmo a nossa crítica", afirmou.

## Centrão culpa o PT e o PDT pelo impasse

Designado como porta-voz do Centrão e o único líder do grupo a permanecer ontem em Brasília, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) responsabilizou os líderes do PT e PDT pela impossibilidade de se chegar a um acordo sobre as alterações do Regimento. Ele disse que o grupo representante do Centrão, fez todos os esforços possíveis nos últimos três dias para buscar um entendimento, mas as conversações não deram resultado por causa da intransigência do PT e PDT.

Sobre a observação feita pelo presidente Ulysses Guimarães de que o próprio Centrão é que teria dificultado as negociações, se negando a conversar, Bonifácio de Andrada argumentou simplesmente que os centristas defendem o seu ponto de vista, o que acontece também com os representantes do PT e PDT. "Por isso não chegamos ao entendimento. Fizemos um esforço para que as lideranças destes dois partidos concordassem com nossas teses e é isso que vamos continuar fazendo. Nós, que somos maioria, é que não podemos aceitar suas teses".

Depois de ditar uma nota redigida pela cúpula do Centrão, contando a versão do grupo para o não fechamento do acordo, Bonifácio de Andrada fez algumas observações pessoais, afirmando que os centristas não aceitarão entregar aos líderes de partidos com menos de 17 parlamentares o poder para criar impasses nas votações da Constituinte, inclusive provocando o aparecimento do "bu-

### Grupo convoca para o dia 4

Em telex expedido ontem a todos os seus integrantes, o Centrão convoca para a sessão do dia 4 de janeiro, às 14 horas, na qual será votado o projeto que altera o Regimento Interno da Constituinte. Segundo o deputado Basílio Vilani, (PMDB-PR), o grupo decidiu apoiar comunicação semelhante de convocação feita pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

O Centrão não fará mais as reuniões preliminares que ocorriam horas antes das votações em plenário.

### Partidos denunciam manobra

Esgotadas as possibilidades de se concluir um acordo para a votação da mudança do Regimento Interno da Constituinte, os líderes do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, e do PDT, deputado Brandão Monteiro, estiveram ontem no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para denunciar o que consideram uma manobra antidemocrática do Centrão.

Segundo os dois líderes, o impasse verificado nas negociações teve um objetivo específico: a paralisação dos trabalhos da Constituinte. Acrescentaram que os integrantes do Centrão lutam para reverter as conquistas democráticas obtidas pelo povo e pela classe trabalhadora no texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Garantiram ainda que esses constituintes abandonaram Brasília, deixando a Constituinte às moscas, sem número legal para funcionar.

Visivelmente exaltados, os dois líderes asseguraram que tanto o Partido dos Trabalhadores quanto o Partido Democrático Trabalhista sairão às ruas para denunciar ao povo os reais objetivos do Centrão. Contraditando as acusações do Centrão de que o impasse nas negociações

foi provocado pelos pequenos partidos irredutíveis antes às propostas por eles apresentadas, Brandão Monteiro e Lula revelaram que os líderes centristas estavam jogando, durante o tempo, no impasse a fim de, com mais tempo, viabilizarem suas emendas ao texto constitucional.

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) afirmou que a paralisação dos trabalhos da Constituinte, e como consequência disso a demora na promulgação da nova Carta, inviabilizará a realização das eleições para a Presidência da República em novembro do próximo ano. Em sua opinião, esse sempre foi o objetivo do Centrão, interessado na fixação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

O Centrão também está sendo acusado pelos pequenos partidos de contribuir para a campanha de desmoralização da Constituinte. Argumentam que o vazão de poder, que se instalou no País, com os recentes fracassos do governo Sarney em sua política econômica, mudou o eixo do poder para a Assembleia Nacional Constituinte e a classe política em geral, o que não interessa a alguns setores da sociedade que apoiam o Centrão.

Ainda esta semana, informou o deputado, o Centrão começa a divulgar internamente as emendas que apresentará em comum, mas o debate só de dará a partir do dia 4, quando a coleta de assinaturas será inaugurada.

# Governadores tentam manter união do PMDB

Voltar às origens dentro do PMDB é um comportamento inteligente, mas o melhor caminho não é a porta de saída — recebeu ontem o governador do Paraná, Alvaro Dias, ao comentar o movimento dos peemedebistas históricos no sentido de resgatar as bandeiras do partido. Como ele, os governadores da Paraíba, Tarcísio Buriti, de Alagoas, Fernando Collor de Melo, e de Santa Catarina, Pedro Ivo, aceitaram a mobilização dos históricos, mas condenam que isso possa resultar em desavenças intertérmites capazes de agravar ainda mais a atual crise do PMDB. Apenas Moreira Franco, do Rio, não fez sentido no movimento, porque, na sua opinião a legenda vai muito bem obrigado.

Para Fernando Collor, os históricos têm a responsabilidade de buscar a unidade do partido, de juntar e não separar o PMDB. E até se dispõe a lutar para ajudar nesta retomada às origens, embora reconheça que não tem sido bem aceito por uma boa parte dos

que o vêm fora dos padrões pré-estabelecidos de comportamento para os políticos.

Todavia, o governador de Alagoas está preocupado com a possibilidade da movimentação dos históricos acentuar ainda mais a divisão do PMDB. Daí achar inoportuno que a iniciativa tenha partido exatamente daqueles que têm responsabilidade com o futuro do partido. Por isso não está seguro que esta seja a maneira mais inteligente de buscar o conselho. E se desgosta com as reuniões em que uma parte do PMDB não é convidada a participar: "quem fica de fora se sente aliado e descompromissado com o PMDB." — arrematou.

O governador Tarcísio Buriti acha importante o movimento dos históricos se ele se limitar a reviver os princípios históricos que criaram o PMDB. Mas, se a pretexto disso, quiserem expulsar companheiros, se sente atingido pessoalmente, pois chegou há pouco tempo no partido e depois

por achar que isso empobrecerá a legenda.

Já o governador Moreira Franco foi sucinto ao comentar o assunto, pois está seguro de que depois dessa fase de pequenas divergências, o PMDB estará unido por um grande entendimento. O governador Pedro Ivo, que é do grupo histórico, onde formou como organizador do PMDB, acredita que esta mobilização não terá resultados práticos, no que também concorda Alvaro Dias.

Segundo Pedro Ivo, "já mais teremos um partido onde todos rezem no mesmo catecismo" e, por isso, não vê como o PMDB poderá depurar seus quadros ou pensar em expulsão dos que se renegam. Se os princípios, pois isso sempre existiu no partido, em maior ou menor intensidade. Todavia, o governador catarinense está certo de que após a Constituinte haverá uma reformulação política e, com ela, o PMDB acabará sofrendo algumas defecções, o que lhe permitirá manter sua essência de partido progressista mas não radical.

### Congresso dá medalhas a 71

Em solenidade realizada ontem pela manhã, no Salão Negro do Congresso, 71 personalidades da vida pública brasileira agraciadas com medalhas da Ordem do Congresso Nacional, muitas delas "in memoriam". Foi o caso do grande colar entregue às viúvas dos ex-presidentes João Goulart e Ranieri Mazzilli, em cerimônia dirigida pelo presidente do Senado Federal, Humberto Lucena (PMDB-PB), grão-mestre da ordem, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), chanceler da ordem, e pelo secretário do conselho da ordem, deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI).

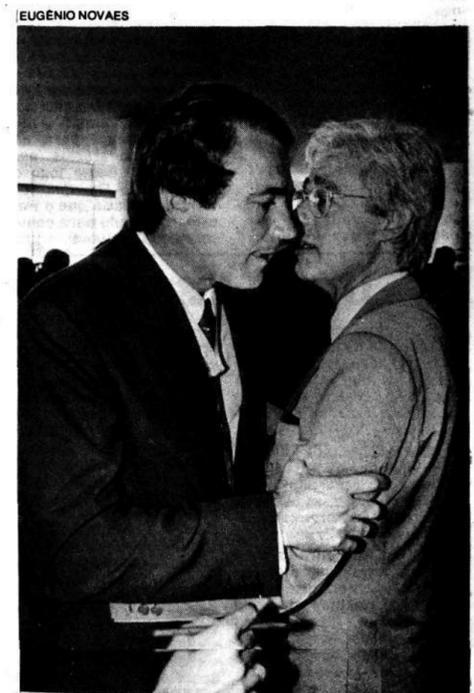
No grau de grã-cruz, foram agraciados "in memoriam" o ex-primaz do Brasil, cardeal Avelar Brandão Vilela, e o ex-ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, além dos cardeais Eugênio Sales de Araújo, do Rio de Janeiro,

e Aloysio Lorscheider, do Ceará. O maior número de medalhas foi no grau de grande oficial (53), distribuídas aos atuais governadores do Rio, Pará, Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Os governadores de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul também estavam relacionados, mas não compareceram.

A grã-cruz também foi entregue ao ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, além de políticos, empresários, representantes da Igreja e da imprensa.

A cerimônia foi aberta pelo deputado Heráclito Fortes, e depois de sua fala rápida, a sinfonia da guarda presidencial executou o Hino Nacional, ao que se seguiu o pronunciamento do senador Humberto Lucena exaltando a distinção feita a quantos se destacaram na vida pública nacional. Particularmente, citou a luta travada pelo jornalista Vladimir Herzog.

Terminada a entrega das medalhas também nos graus de comendador, oficial e cavaleiro, Humberto Lucena convidou a todos para um coquetel realizado no mesmo local.



Alvaro Dias e Moreira Franco: nada de divisão

## Alvaro Dias: trocar de sigla não resolve

"A solução não é a porta de saída". Com esta declaração, o governador do Paraná, Alvaro Dias, criticou os parlamentares que, por força das divisões internas, pretendem se bandear do PMDB para outros partidos ou fundarem legendas. Tal iniciativa, na sua opinião, não contribuirá para recuperar a credibilidade da classe política.

Um dos agraciados, ontem em solenidade no Salão Negro do Senado, com a Ordem do Congresso Nacional, no grau de Grande Oficial, o governador paranaense considera que as várias facções existentes no PMDB, numa divisão acirrada a partir da Constituinte, são um fenômeno perfeitamente natural e democrático, que existem em todos os grandes partidos, como o Trabalhista Inglês e o Democrata Cristão Italiano.

— Os partidos nem sempre são homogêneos e o PMDB, por sua vez, sempre soube administrar suas divergências — assinalou. Para Alvaro Dias, se o PMDB está mal em alguns Estados e bem em outros, não é pela defecção dos seus integrantes que se fortalecerá. Cabe à ala progressista do partido, defende ele, a tarefa de popularizá-lo, torná-lo transparente.

Não tem sentido sair do PMDB para integrar ou fundar partidos ideológicos porque, na sua visão, "partido ideológico, no Brasil de hoje, não ganha eleição". Engana-se quem pensa, por outro lado, em deixar o PMDB para adquirir credibilidade, porque a falta de confiança na classe política, diagnóstica o governador do Paraná, é um fenômeno generalizado no País, não atingindo apenas o PMDB, mas todas as outras legendas.

Esta ausência de credibilidade, segundo ele, se deve à escassez de lideranças nacionais, pelo longo jejum político imposto pelo regime militar, e, principalmente, ao fato de que se faz hoje, no Brasil, "uma política envelhecida", quando sua população se renova e é predominantemente jovem. "É preciso uma nova postura política, em que a sinceridade é fundamental", propôs Alvaro Dias.

Criticou, também, o retardamento dos trabalhos da Constituinte, agravado pela não aprovação do seu Regimento: "Não podemos manter a insegurança do setor produtivo e a intranquilidade da área social. Esta proteção prejudica os interesses nacionais e uma evidência clara disso é que os empresários não estão investindo", enfatizou.

## Alberto Silva cobra opção pelos 5 anos

O governador Alberto Silva tem um enfoque institucional para analisar os problemas emergentes que até aqui têm impedido o entendimento geral que possa conciliar as divergências e ajustar pontos conflitantes. A questão da duração do mandato do presidente Sarney está sendo movida em bases personalistas por força daqueles que pretendem reduzi-lo para quatro anos.

Para o chefe do Executivo do Piauí, a questão tem que ser avaliada a partir de um conjunto de desdobramentos, todos eles de importância capital para a Nação. Um deles, bem marcante, diz respeito aos nossos credores externos. Qualquer pessoa de mediano bom senso pode se colocar na posição dos titulares de nosso endividamento. Sabem eles, tão bem quanto nós, que a prevalecer a

redução para quatro anos, logo a partir da votação dessa matéria, as campanhas sucessórias se espalhariam por todo o País, tumultuando pela agitação e pelo calor do discurso político a vida nacional. Quem condenaria um credor que, se acautelando contra as altas taxas de incertezas que a Nação passaria a oferecer, buscasse resguardar-se contra os riscos de recrudescimento?

O quadro que então se formará em bases irreversíveis teria um suporte de cunho recessivo, abria, de espaços para o desemprego e inflação. Isso, diz ele, e suficiente para corrigir o curso das diretrizes constituintes, reolocando em sua integridade o mandato do presidente Sarney, conforme as definições da Constituição em vigor.



Marcelo Miranda

### Miranda se opõe a mudar regime

O governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, defendeu ontem no programa Telemanhã, da TV Brasília, os cinco anos de mandato para o presidente Sarney e o presidencialismo, para ele o único sistema de governo compatível com a realidade brasileira. Miranda culpou a crise econômica pelas dificuldades que vários governadores estão enfrentando, explicando assim porque diversos deles mudaram de posição e passaram a apoiar os quatro anos de mandato depois de se terem comprometido a garantir ao Presidente o mesmo período que seus sucessores.

**GRUPO REVEILLON 88**  
RESERVAS 248.5641